

RECURSO ESPECIAL Nº 1.728.138 - PB (2018/0051433-4)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
RECORRIDO : VANESSA KARLA BATISTA SILVA
ADVOGADO : THIAGO LEITE CAVALCANTI - PB015656

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 3º, I DA LEI N. 9.394/1996. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 211/STJ. ANÁLISE DE PORTARIA E RESOLUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. PRÁTICA DE VOO. DISCIPLINA CONSIDERADA COMPONENTE DA GRADE CURRICULAR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região, assim ementado (fls. 135-136, e-STJ):

ADMINISTRATIVO. FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - FIES. CURSO DE CIÊNCIAS AERONÁUTICAS. CUSTEIO DE HORAS DE VOO. POSSIBILIDADE.

1. Apelação de sentença que julgou procedente o pedido, condenando o FNDE a promover o financiamento de todas as horas de voo - relativas à disciplina denominada prática de voo - necessárias à conclusão da graduação da autora no curso de Ciências Aeronáuticas, mantido pela Escola Superior de Aviação Civil - ESAC.

2. Em suas razões, sustenta o FNDE que o limite de crédito concedido pelo FIES deve ser estabelecido no momento da conclusão de inscrição no programa, e que o mesmo se dá em virtude de cálculo de valores necessários a toda a graduação do estudante. Ressalta que as aulas práticas de voo somente podem ser financiadas com recursos do FIES se constam como disciplinas obrigatórias na grade curricular do curso e que após a conclusão do curso teórico, é direito da estudante ter seu diploma devidamente emitido pela IES. Destaca, ainda, que no caso a parte autora somente solicitou o financiamento, através do FIES, do curso teórico de Ciências Aeronáuticas, tendo havido o repasse de 100% do valor contratado, e que em nenhum momento requereu o financiamento do curso prático de Ciências Aeronáuticas, fazendo-o, agora, de maneira extemporânea e através do Poder Judiciário.

3. Em suas contrarrazões, a parte autora/apelada ressalta que no contrato do FIES, não contém nenhuma cláusula contratual proibitiva da complementação financeira para disciplina de "prática de voo", destacando para o disposto no artigo 4º da Lei 10.020/2001. Ressalta que a disciplina denominada Prática de Voo integra as chamadas disciplinas obrigatórias, sem as quais o aluno não conclui o curso e, portanto, não está apto a pilotar aviões, razão primeira de todos os alunos na busca pelo mencionado curso. Defende seu direito constitucional à educação, na condição de elevado a

direito fundamental.

4. A Constituição Federal, em seu art. 205, preceitua ser a educação um direito de todos e um dever do Estado, que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

5. Tratando-se as aulas práticas de voo de requisito necessário à conclusão do Curso de Ciências Aeronáuticas, não se pode excluí-las do programa de financiamento estudantil, sob pena de descumprimento do comando constitucional e do esvaziamento das finalidades a que se destina o FIES. No mesmo sentido, julgado desta Terceira Turma: PJE nº 08007105520144058201, Rel. Des. Federal Geraldo Apoliano, Julgado em 19/03/2015.

6. Apelação desprovida.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente sustenta ofensa aos artigos 1º, §§1º e 2º da Lei n. 10.260/2001; 3º, I da Lei n. 9.394/1996, sob os seguintes argumentos: (a) o limite de crédito concedido pelo FIES deve ser estabelecido no momento da conclusão de inscrição no programa, cuja inscrição depende da disponibilidade orçamentária e financeira do FIES e do FGEDUC, não podendo ser feito em momento posterior; (b) ausência de responsabilidade do FNDE acerca das alegações da recorrida, a qual limitou-se a postular o financiamento do curso teórico de ciências aeronáuticas, não incluindo o pedido de financiamento do curso prático oportunamente; (c) a disciplina obrigatória de prática de voo não fora incluída não foi incluído no financiamento e suscita ainda que, o curso prático não integra a grade curricular desta.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 200, e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, evidencia-se que o artigo 3º, I da Lei n. 9.394/1996 não foi apreciado pela Corte de origem, inclusive após terem sido opostos os embargos de declaração, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se à hipótese a Súmula 211/STJ.

Frise-se, por oportuno, que os embargos de declaração opostos na origem não buscaram sanar eventual vício relativo à aplicação do aludido dispositivo legal.

No que tange aos artigos 1º, §§1º e 2º da Lei n. 10.260/2001, associados às teses centrais quanto à impossibilidade de financiamento em momento posterior à inscrição no programa e à necessidade de verificação da disponibilidade orçamentária, haja vista a necessidade de disponibilidade orçamentária e financeira do FIES e do FGEDUC, verifica-se que se faz necessário o enfrentamento direto das Portarias do MEC n. 10/2015 e 15/2011 e da Resolução n. 2/2011, conforme arguido nas próprias razões recursais (fls. 188-189, e-STJ).

Ocorre que referidos atos normativos não se equiparam à lei federal, de modo que é inviável o trânsito do recurso especial no que concerne à sua suposta violação, por não se enquadrar no conceito previsto no art. 105, III, "a", da Constituição Federal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. MULTA ADMINISTRATIVA. INMETRO. LEGISLAÇÃO METROLÓGICA. RESPONSABILIDADE. VIOLAÇÃO À RESOLUÇÃO. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Não se pode apreciar a controvérsia à luz da Resolução nº 02/2001 do

CONMETRO. É que esse ato normativo não se inclui no conceito de lei federal a que se refere o art. 105, III, a, da Constituição da República, fugindo, assim, da hipótese constitucional de cabimento deste recurso.

2. O Tribunal *a quo*, ao decidir acerca da responsabilidade do ora recorrente-comerciante, e não do fornecedor do produto, pela indicação errônea da composição de peça vestuária, consignou que não houve a comprovação da origem das peças, uma vez que os produtos em questão consistiam em calças e as notas fiscais referiam-se a moletons, o que não comprovaria o fornecedor do produto. Ora, para ilidir as conclusões do Tribunal *a quo*, no sentido de que "os moletons" presentes na nota fiscal referiam-se as calças com a descrição de composição equivocada, identificando o fabricante do produto, seria necessário o reexame da matéria fático probatória, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do verbete de Súmula nº 7 desta Egrégia Corte.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 419.277/SC, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, DJe 25/02/2014). (grifei).

PROCESSUAL CIVIL. SIMULADOR DE DIREÇÃO VEICULAR. CÓDIGO DE TRÂNSITO. OFENSA MERAMENTE REFLEXA E NÃO DIRETA. RESOLUÇÃO DO CONTRAN. ANÁLISE. INVIABILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. Cuida-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado pelo ora recorrente, contra o Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e a União, objetivando a declaração de ilegalidade e inconstitucionalidade da Resolução 543/15 do CONTRAN, a qual estabelece que os candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, somente poderão prestar exame de prática de direção veicular após cumprirem a carga horária de 5 horas/aula em Simulador de Direção Veicular (SDV).

2. O Juiz de primeiro grau concedeu a segurança.

3. O Tribunal *a quo* deu provimento à Apelação da União, e assim consignou na sua decisão: "Aparentemente, a Resolução do Contran não ultrapassou os limites do poder regulamentar estabelecido no inciso X do art. 12 do CTB, para normatizar os procedimentos sobre a aprendizagem, habilitação, expedição de documentos de condutores, e registro e licenciamento de veículos." (fl. 200, grifo acrescentado).

4. Quanto à suposta ofensa ao artigo 12, incisos I e X, do CTB, essa seria meramente reflexa, e não direta, porque no deslinde da controvérsia é imprescindível a interpretação da Resolução do Contran 543/2015.

5. No entanto, o Recurso Especial não constitui via adequada para análise da questão, por não estar tal ato normativo compreendido na expressão "lei federal" constante da alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal.

6. Enfim, modificar a conclusão a que chegou a Corte de origem exigiria a análise da Resolução do Contran 543/2015, pretensão insuscetível de ser apreciada em Recurso Especial. Nesse sentido: REsp 1.554.196/RJ, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, 6ª Turma, DJe 20/04/2016, AgRg no REsp 1.255.371/RJ, Rel. Min. Benedito Gonçalves, 1ª Turma, DJe 30/09/2014 e AgRg no REsp 1.359.985/ES, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, DJe 22/05/2014.

7. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1.650.075/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, DJe 24/04/2017). (grifei).

ADMINISTRATIVO. INSCRIÇÃO ESTADUAL. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DOS ENUNCIADOS N. 283 E 284 DA SÚMULA DO STF. ANÁLISE DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DO ENUNCIADO N. 280 DA SÚMULA DO STF.

I - Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultratividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

II - O reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial, revela que o fundamento apresentado naquele julgado, acerca da responsabilidade solidária da recorrente pela adulteração do combustível, utilizado de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal a quo, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF.

III - Por outro lado, verifica-se que o Tribunal a quo decidiu a questão fundado em direito local, in casu, a Lei Estadual n. 11.929/2005, bem como na Portaria CAT n. 28/2005, o que implica a inviabilidade do presente apelo nobre.

IV - Eventual violação de lei federal seria reflexa, uma vez que a análise da controvérsia demandaria o exame da legislação estadual citada. Incide na hipótese, por analogia, a Súmula n. 280/STF, in verbis: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

V - É firme o entendimento jurisprudencial acerca da impossibilidade de se debater eventual afronta à Portaria, ato normativo que não se equipara à lei federal para fins de interposição de recurso especial, conforme firme entendimento jurisprudencial: AgRg no AREsp 771.689/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 25/08/2016; AgInt no AREsp 895.448/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 14/09/2016 (AgInt no REsp 1.715.549/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, 2ª Turma, DJe 23/04/2018).

No que diz respeito à alegação de que o módulo prático que contém a disciplina de prática de voo não integra a grade curricular do curso, tendo em vista que apenas o curso teórico é realizado pelo IES. As Cortes de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmaram a compreensão de que o contrato do FIES, embora genérico não contém cláusula proibitiva de complementação financeira para a disciplina de prática de voo, reafirmaram ainda que a disciplina é pré-requisito para a matrícula em outras disciplinas (id n. 172718), cuja não realização impede a conclusão do curso.

Assim, tem-se que a alteração da conclusão a que chegou o Tribunal de origem acerca da integração das horas de voo na grade curricular e a respectiva inclusão no contrato de financiamento estudantil demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos e de cláusulas contratuais, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide à hipótese as Súmulas 5 e 7 do STJ. Nesse sentido

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. ARTIGO 248 DO CC/2002. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356/STF. 2. ATRASO INDEVIDO NA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA GRADE

CURRICULAR. INDENIZAÇÃO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. 3. DANOS MORAIS. QUANTUM. EXORBITÂNCIA. PLEITO DE REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 4. PRETENSÃO DA PARTE AGRAVADA DE CONDENAÇÃO A LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AUSÊNCIA DE INTUITO PROTETATÓRIO. 5. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

2. Considerando que, na espécie, o Tribunal de origem concluiu que a agravante não foi capaz de demonstrar que a agravada deixou de cumprir a grade curricular que lhe foi imposta, com base no contrato firmado entre as partes e nos elementos dos autos, rever esse entendimento encontraria óbice nos enunciados n. 5 e 7 da Súmula desta Casa.

3. Conforme entendimento desta Corte, a revisão do quantum indenizatório fixado nas instâncias estaduais só é viável em recurso especial quando o valor fixado for exorbitante ou ínfimo, fato não verificado no caso dos autos, em que estabelecida a indenização conforme as circunstâncias fáticas analisadas pelo Tribunal de origem. Revisão obstada pela Súmula n. 7/STJ.

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 972.993/MS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellize, Terceira Turma, DJe 10/11/2016)

PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. FIES. FIANÇA. REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E ANÁLISE DE MATERIAL PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. Na hipótese em exame, o Tribunal de origem consignou que "os requeridos na ação monitória (entre eles, a ora embargante) celebraram com a Caixa Econômica Federal (CEF), em 10/11/1999, um Contrato de Abertura de Crédito Para Financiamento Estudantil, o qual tomou o nº. 180432185000002086, obrigando-se, por meio do referido instrumento acrescido dos extratos respectivos e de planilha de cálculos. (...) A planilha apresentada pela CEF (Evento 1, doc. PLAN7), refere que o último pagamento foi feito em 25/03/2008, referente à parcela nº 36. A partir do dia seguinte ao vencimento da próxima parcela (nº 37), em 10/04/2008, nasceu o direito da CEF de executar a dívida inadimplida e, portanto, nessa data começou a correr o prazo prescricional. (...) "

2. O acolhimento da pretensão recursal demanda a análise das cláusulas contratuais, bem como do contexto fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, ante a incidência das Súmulas 5 e 7/STJ.

3. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1.696.949/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19/12/2017)

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator